

**INTERESSES DETERMINANTES NA ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DO
TEMA DA PESQUISA: CONTRA O MITO DA NEUTRALIDADE
METODOLÓGICA NA PROBLEMATIZAÇÃO**

Gustavo Cunha Prazeres*

RESUMO

O presente artigo objetiva a análise do momento da escolha e delimitação do tema na pesquisa científica. A abordagem é procedida a partir do cotejo desta etapa da pesquisa científica com a evolução histórica do próprio conceito de ciência. Com isto, não só se almeja demonstrar que a compreensão e a importância atribuída a tal etapa da construção científica modificou-se ao longo do tempo, como também se busca encontrar subsídios que ajudem a encontrar os seus contornos diante das perspectivas epistemológicas que se descortinam diante da ciência contemporânea. Evidencia-se, ao fim, que esta primeira etapa da pesquisa científica se constitui, hoje, em um momento decisório complexo. Nele, o cientista deverá determinar a orientação e as prioridades da pesquisa, bem como as perspectivas que conferirá a sua abordagem. Em tal momento, o cientista terá, também, a oportunidade de fazer transparecer seus valores pessoais na pesquisa, aproximando-a de seu projeto de mundo. Afigura-se essencial para a ciência contemporânea, desenvolvida em um ambiente de debate, que o cientista não só admita a carga subjetiva de sua pesquisa, mas também a deixe clara e acessível para todos, de forma a expô-la ao controle da crítica e, assim, aumentar as chances de um entendimento melhor qualificado.

PALAVRAS-CHAVE: PESQUISA CIENTÍFICA. FORMULAÇÃO DE PROBLEMAS. NEUTRALIDADE CIENTÍFICA.

* Mestrando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia; professor de História do Direito da Faculdade Baiana de Direito e de Direito Civil da Faculdade Dom Pedro II; advogado e sócio do Escritório Lima, Araújo, Prazeres & Paradela Advogados Associados; endereço eletrônico: gustavo@lapp.adv.br.

ABSTRACT

This article intends to make an analysis about the moment in which the scientist chooses and delimitates his research's theme. It tries to approach its objective by comparing the choosing theme phase and the historical evolution of the science's concept. The goal was not only to demonstrate that the meaning and the importance given to such phase changed throughout the time, but mainly to find subsidies that would help to find its contours in the contemporary science. It shows, in the end, that the first stage of the scientific research constitutes a complex moment of decision. At such moment, the scientist has to define the orientation and the priorities of his research, as well as the perspectives that he pretends to use to approach the theme. As well, at the same moment, the scientist has the chance to make his personal values present in the research, approaching it of his world's project. It's important, in a debate environment such as the one in the contemporary science, that the scientist admits the subjective load of his research and make it transparent to the community. Doing that, he exposes his personal values to the critical control, increasing the chances of a satisfactory agreement.

KEYWORDS: SCIENTIFIC RESEARCH. CHOOSING THE RESEARCH PROBLEMS. SCIENTIFIC NEUTRALITY.

1 INTRODUÇÃO

Própria da modernidade é a reformulação do conceito de ciência, a qual, ao possibilitar a distinção do conhecimento científico em face de outras formas de saber, garantiu-lhe não somente autonomia epistemológica, mas também espaço para reivindicar o estatuto de saber privilegiado. O saber científico, avalizado por uma série de descobertas e teorizações que forneceram ao homem instrumentos para alcançar feitos que, inicialmente, lhes pareciam impossíveis, afirmou-se como instância capaz de, se bem explorada, apontar ao homem o caminho para se assenhorear de todas as coisas que o circundam.

O grande traço distintivo entre esta nova ciência e as demais formas de produção de saber reside, sem dúvida, na necessidade de obediência a uma metodologia rigorosa. A observância das regras metodológicas é que – acredita-se – permitiria a produção de um conhecimento, que, por ser objetivo e neutro, é, também, apto a demonstrar a verdade.

A pesquisa científica, imersa neste rigor metodológico, revela-se atividade de extrema complexidade. Exigem-se do cientista, sobretudo, apuro e diligência no trato dos dados e experimentos com que trabalha. A pesquisa científica não deve ser produzida aleatoriamente e à sorte do acaso, mas de forma ordenada e sistematizada, orientada a algum objetivo final.

Dentro deste contexto, estabelecem-se etapas a serem seguidas por aquele que pretende se dedicar à produção do conhecimento científico. Dentre as etapas da pesquisa científica, a primeira que se põe é a da definição do problema¹ que tentará ser resolvido. Trata-se de etapa fundamental e determinante para a atividade do cientista, a envolver aspectos multifacetados e complexos.

Muito mais complicado do que, à primeira vista, se poderia imaginar, este primeiro momento da pesquisa científica envolve processo decisório por meio do qual o cientista deverá determinar não só a orientação e as prioridades da pesquisa, como também as perspectivas que conferirá a sua abordagem.

Porém, nem sempre se percebeu a efetiva importância – tampouco a complexidade – desta primeira etapa da produção científica. Ainda hoje, existem aqueles que menosprezam – quando não desconhecem por completo – a sua real dimensão; restringem-na a momento meramente formal, consubstanciado em simples e descompromissado ato de escolha do tema a ser pesquisado.

O objetivo do presente artigo é o de questionar acerca dos efetivos contornos que se há de atribuir, diante das exigências epistêmicas e metodológicas contemporâneas, à primeira etapa do labor científico, consistente no ato de escolha, delimitação e problematização do tema de pesquisa. Procurar-se-á precisar os fatores e aspectos

¹ Sobre a questão do problema de pesquisa, a lição de Miracy Barbosa de Sousa Gustin e Maria Tereza Dias Fonseca (2006, p.33) é bastante incisiva e pertinente: “Um problema é, quase sempre, uma **inquietação** ou, até mesmo, um obstáculo, uma indignação do sujeito em relação ao conhecimento produzido ou às normas morais, sociais ou legisladas, segundo determinados conteúdos discursivos. Só a partir desse momento, em que o sujeito se encontra em uma situação problemática ou de dúvida é que se pode propor o desenvolvimento de uma pesquisa científica.”

relevantes a tal momento da atividade científica, delimitando, também, a importância de cada um deles.

Pretende-se abordar o tema a partir da contextualização histórica do conceito de ciência, na qual se espera evidenciar não só os contornos conferidos à etapa da delimitação do problema de pesquisa em cada momento histórico, mas, também, as razões epistemológicas determinantes para a afirmação de cada concepção. Em seguida, diante dos reclames de uma ciência contemporânea, espera-se poder propor a visão que se julga mais adequada ao tema hoje.

2 O MODELO DE RACIONALIDADE CIENTÍFICA DOMINANTE: A BUSCA PELA OBJETIVIDADE

A despeito de já apresentar sérios sinais de crise, o modelo de racionalidade científica que ainda hoje impera é um legado direto da Revolução Científica iniciada por volta do século XVI, com figuras emblemáticas, como Galileu, Descartes, Bacon, Newton, dentre tantos outros.

Até então, o conceito de ciência, inferido da tradição do pensamento aristotélico, afirmava-a compromissada com a contemplação do mundo e com a demonstração do certo e necessário a partir de juízos e argumentos lógicos. Fazer ciência era fazer filosofia; significava refletir sobre a natureza e sobre as condutas humanas, para, com isto, chegar a compreender a ordem cósmica à qual o homem deveria se amoldar.

A entrada na modernidade é marcada pela reformulação integral desta concepção de ciência. Deixando para trás a contemplação aristotélica, a ciência moderna adquire a conotação de instrumento do homem – de utensílio posto à sua disposição – apto a lhe conferir domínio sobre o mundo. Mediante a apropriação do saber científico, o homem passa a crer na possibilidade de abandonar a condição de ser insignificante, sujeito à grandiosidade dos eventos naturais, para assumir posição ativa, controlando e pondo a natureza ao seu serviço. O homem não tem mais de buscar uma ordem cósmica à qual se amoldar; ele agora tem condições de determinar o curso dos eventos naturais.

Amparado por descobertas e avanços que corroboraram esta crença, o paradigma científico moderno passa a reivindicar um estatuto autônomo e privilegiado para a ciência. O saber oriundo da ciência não só rompe com a filosofia, com o dogmatismo

religioso e com todas as demais formas de autoridade, como também passa a almejar o posto de mais importante dos campos dos saberes. E, na medida em que se destaca, assume contornos totalitários. A nova racionalidade científica passa a negar a qualidade de racional a todas as formas de conhecimento que não atenderem aos seus princípios epistemológicos e regras de método (SANTOS, 2006, p.21).

Estabelece-se, com isto, uma cisão fundamental para o paradigma científico moderno, qual seja, a contraposição entre conhecimento científico e senso comum. Oposto ao conhecimento avalizado pela ciência, o senso comum não passaria de um saber irrefletido, produzido de forma espontânea e instintiva, direcionado à solução de problemas imediatos, e, por isso, superficial e limitado. Em face da falta de qualificação do senso comum, o conhecimento científico se impõe como única forma de saber verdadeiro. Trata-se da afirmação do positivismo científico, a propalar a idéia de que “[...] as pessoas se dividem em dois tipos: aquelas que possuem o conhecimento científico e observam a realidade de maneira objetiva e desapaixonada, e aquelas que não possuem o conhecimento científico e são dominadas por preconceitos, paixões e ideologias.” (ALVES, 2006, p.105).

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1989, p.22-23):

O positivismo lógico representa, assim, o apogeu da *dogmatização da ciência*, isto é, de uma concepção de ciência que vê nesta o aparelho privilegiado da representação do mundo, sem outros fundamentos que não as proposições básicas sobre a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas, sem outros limites que não os que resultam do estágio do desenvolvimento dos instrumentos experimentais ou lógico-dedutivos.

Este saber científico-positivista guarda estreita relação com suas regras de método. Acredita-se, ainda dentro desta perspectiva dominante, que o rigor metodológico garantirá a produção de um conhecimento que afaste o discurso científico de valorações subjetivas e pouco precisas. A observação e experimentação controladas é que possibilitariam a descoberta de leis de causa e efeito universalmente válidas, capazes de permitir a compreensão – e apropriação – da realidade. Somente assim é que o saber científico conseguiria ser objetivo, propenso a “[...] conhecer a realidade assim como ela é, no retrato mais perfeito, na explicação mais analítica possível.” (DEMO, 1995, p.70).

Em tudo compatível com a lógica positivista, a matemática assume o papel de principal linguagem do cientista. “A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento

privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria.” (SANTOS, 2006, p.27). O discurso dos números, pela sua objetividade e exatidão, é visto como o mais pertinente a este tipo de ciência. A quantificação dá a tônica no processo de produção científica. Qualquer inferência científica deve ser capaz de se sustentar em aferições empíricas, estatisticamente comprovadas.

Porém, se a afirmação do modelo científico-positivista possibilitou, de um lado, inegáveis – e até então inimagináveis – avanços, criou, de outro lado, sérios inconvenientes no que se relaciona à percepção da realidade pelo homem, determinando a perda de contato com aspectos fundamentais da existência concreta.

De fato, a elevação da linguagem matemática refutou a ingerência de valores subjetivos nos resultados científicos. À pretensa objetividade da ciência corresponde a exigência de neutralidade do pesquisador. O cientista modelo do positivismo não pode deixar que sua pesquisa seja “deturpada” por fatores individuais ou sociais. Seus valores, suas crenças, sua ideologia – conquanto intrínsecos e essenciais ao ser humano –, devem ser anulados no exato momento em que se investe na condição de cientista.

O mito da neutralidade científica, verdadeiro pilar sobre o qual se inspira a ciência moderna, informa, ainda, que a produção científica corresponderia à produção de um saber desinteressado de como serão feitas as suas aplicações práticas. “Em princípio, o conhecimento científico presta-se a informar projectos que interessam a quaisquer valores; pode ser usado para o bem ou para o mal, mas, quando é usado para o mal, esse uso reflecte-se, não no conhecimento científico, mas nos que o aplicaram.” (LACEY, 2006, p.475).

A ciência, dentro desta lógica positivista estrita, é erigida à condição de valor em si mesmo: a produção científica é sempre algo bom, na medida em que fornece ao homem novas possibilidades. A forma de sua utilização será um problema que foge aos estreitos limites da ciência e ao controle do cientista.

3 O OBJETO DE PESQUISA NA CIÊNCIA MODERNA: DIVIDIR PARA ENTENDER

Em consonância com a racionalidade científica moderna, somente a partir da estrita submissão ao rigor metodológico é que se pode produzir um saber que, resguardando-se da influência de fatores externos, mereça ser qualificado de científico. A principal preocupação do cientista é produzir um conhecimento objetivo, cuja veracidade possa ser demonstrada, verificada e validada.

Porém, a questão do método remete a algumas ponderações necessárias. A primeira delas é de ordem pragmática e consiste na constatação de que nem sempre é possível pesquisar soluções para problemas muito amplos e complexos. Os recursos metodológicos disponíveis para o cientista delimitam o empreendimento científico. Experimentações, observações rigorosas, levantamento de dados estatísticos e testes controlados exigem dedicação, tempo e dinheiro. A pesquisa tenderá a ser tão mais profunda e adequada na medida em que melhores forem a estrutura e o aparato material afetados ao seu fim.

Também a dificuldade em relacionar, dentro do rigor metodológico, dados e teorias de diferentes campos do saber contribui para limitar o campo de atuação e os objetivos da pesquisa científica. Defrontar-se com aspectos de naturezas variegadas, ora afeitas à sociologia, ora à história ou à dogmática jurídica, relacionando-os, não é, de forma alguma, tarefa simples. Muito pelo contrário, esta, no mais das vezes, se revela, diante da dificuldade em reunir conhecimentos tão amplos e diversos, empreitada inviável para um pesquisador.

Para se manterem fieis ao método é que os cientistas, muitas vezes, se vêem forçados a empreender uma redução da complexidade dos problemas com que se embatem, seja pela insuficiência de recursos, seja pela inaptidão pessoal de manipular, sozinho, conhecimentos e técnicas muito diferenciados. “O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou.” (SANTOS, 2006, p.28). Prefere-se a segmentação temática do conhecimento em diversas áreas, demarcando fronteiras para o saber a ser trabalhado por cada cientista.

Estimulada a unidisciplinaridade, a ciência se torna um campo de atuação para especialistas.

O método reclama, ainda, no fito de manter a ciência pura e objetiva, a neutralidade do cientista, que deve se despir de sua condição humana e se afastar de valores e crenças pessoais quando no exercício de seu labor. Não deverá admitir a contaminação da pesquisa por fatores que não possam ser aferidos e verificados nos limites da racionalidade positivista. Questões que versem acerca do certo e do errado, do bom e do mau, tendem a ser qualificadas de irracionais, indignas de tratamento sério diante da inexistência de um padrão lógico-matemático capaz de fornecer meios de julgamento idôneos para este tipo de dúvidas.

Porém, preocupado em simplesmente adequar o seu objeto de pesquisa às regras do método, o cientista termina se perdendo de uma série de questões que lhe deveriam ser caras quando da formulação de seu objeto de estudo. Se, de fato, não se pode descurar da relevância da metodologia para se produzir um saber sério, “[...] o uso rigoroso de um método não pode ser o critério inicial e final na determinação da pesquisa.” (ALVES, 2006, p.92).

Com efeito, o método não é – não deve, nem pode ser – o critério para escolha do objeto de pesquisa. A um, porque, atento às mais minuciosas exigências metodológicas, o cientista poderá tratar de situações totalmente inusitadas, que, no mais das vezes, não possuirão grau de relevância mínimo para a comunidade, como seria o caso de se medir a velocidade com que a água desce pelo ralo da pia de casa. O tão só fato de poderem ser tratadas dentro dos estreitos limites do método não torna as questões merecedoras de um trabalho científico.

Demais disto, muito embora o método determine que o problema de pesquisa possa ser tão mais amplo quanto maiores forem as condições técnicas e recursos ao alcance do cientista, não se pode olvidar que a grande maioria dos problemas cuja resolução realmente poderia fazer diferença para a sociedade se revela demasiado complexa para se adequar ao rigor metodológico exigido pelo positivismo. Principalmente na seara das ciências sociais, as grandes questões não possuem uma, mas diversas – e muitas vezes indetermináveis – causas que confluem para a sua formação. Para abordá-las, atendo-se ao método em sua inteireza, o cientista necessitaria não só de cultura e conhecimento invejáveis, como também de um aparato técnico imenso posto a sua disposição. Como

estas condições são praticamente impossíveis de serem preenchidas na prática, a obsessão com o método, no mais das vezes, termina contribuindo tão somente com o afastamento dos cientistas das questões que realmente importam à comunidade.

Por fim, ao estimular a falta de comprometimento para com questões de ordem filosóficas e epistêmicas, o cientista vê-se desobrigado de refletir acerca de perguntas que, para ele, deveriam ser relevantes – e, mais do que isto, determinantes –, como, por exemplo, “a quem interessa a ciência?”; “por que produzir ciência?”; “como será utilizado o conhecimento produzido?”.

Afastando os cientistas de indagações de tal ordem, o modelo positivista científico introduz pernicioso relativismo no trato das questões axiológicas, o qual, ao eliminar parâmetros e paradigmas que sirvam para nortear substancialmente o processo científico, deixa margem para que o saber se valide tão só pela adequação formal ao método, impossibilitando, no mais, qualquer controle – seja ele racional ou não – de suas motivações e aplicações práticas.

4 SUPERANDO O MITO DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA

A defesa do rigor metódico e da conseqüente necessidade de reduzir a complexidade dos problemas enfrentados são conseqüências imediatas de um fundamento basilar do padrão de racionalidade científica moderna: o mito da neutralidade científica, a apregoar a ausência de nexos entre os resultados científicos e a carga subjetiva do cientista.

Este paradigma científico moderno, porém, encontra-se hoje em plena crise. A concepção positivista de ciência está sendo questionada e os sinais apontam para sua reformulação.

O modelo científico-positivista afirmou-se inicialmente em relação às ciências naturais. Debruçando-se sobre elas, galgou avanços e conseguiu ratificar a crença de que, por meio da ciência, o homem poderia se tornar senhor do mundo.

Tamanho foi o destaque que o positivismo alcançou que, por volta do século XIX, passou-se a reivindicar a aplicação do rigor metodológico também em relação às humanísticas, que, assim, poderiam almejar serem qualificadas como verdadeiras ciências: as ciências sociais.

Esta extensão epistêmica e metodológica, contudo, nunca foi perfeita. A lógica positivista, que houvera obtido alto grau de sucesso na aplicação às ciências naturais, não se adequou de todo às humanísticas, que versavam não sobre regras e fatos naturais, mas acerca de condutas humanas, que, por serem ontologicamente livres², não aceitam a redução a fórmulas de validação universais. Enquanto o modelo positivista estava comprometido com o intuito de dominar e transformar a natureza, as ciências sociais necessitavam do empenho descompromissado em compreender a realidade social em seus mais diversos aspectos. Exatamente por isto, ao lado daqueles que defendiam a simples extensão, nos limites do possível, da epistemologia e metodologia positivistas às ciências sociais³, se desenvolveu uma corrente de pensamento que reivindicou uma metodologia própria para estas últimas.

Foi este movimento em prol da libertação metodológica das ciências sociais que, paulatinamente, estimulou um processo mais amplo, de revisitação epistemológica que não só envolveu o conceito de ciência no campo específico das humanísticas, mas também no das ciências naturais. Como bem observa de Boaventura de Sousa Santos (1989, p.23), “[...] curiosamente, o apogeu da dogmatização da ciência significa também o início do seu declínio e, portanto, o início de um movimento de *desdogmatização da ciência* que não cessou de se ampliar e aprofundar até nossos dias.”

O positivismo passou a ter nutrido contra si um sentimento de desconforto, bem delineado nas lúcidas palavras de Paulo Freire (1996, p.63):

Não tenho dúvida do insucesso do cientista a quem falte a capacidade de adivinhar, o sentido da desconfiança, a abertura à dúvida, a inquietação de quem não se acha demasiado certo das certezas. Tenho pena e, às vezes, medo, do cientista demasiado seguro da segurança, senhor da verdade e que não suspeita sequer da historicidade do próprio saber.

Não cabe, neste artigo, realizar divagações extensas acerca da aludida mudança paradigmática iniciada nas ciências sociais – e estendida às naturais –, até porque, ainda

² A liberdade humana é algo que lhe é inato. Embora possam existir regras impositivas de comportamento, sejam elas morais, religiosas ou jurídicas, há, sempre aberta ao ser humano, a possibilidade de optar pela transgressão. Não significa dizer que não haverá punição, mas que a possibilidade desta vir a ocorrer não elimina a hipótese de o indivíduo optar pela conduta proibida.

³ Este modelo, segundo Boaventura de Sousa Santos (2006, p.34), é bem expresso no movimento da “física social”, transparente em linhas de pensamento como a de Durkheim, a demandar a redução dos fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis. A despeito da admitida dificuldade de tal processo, os defensores desta linha crêem que, assim, após percorrem um longo caminho, as ciências sociais conseguirão se equiparar às ciências da natureza, tornando possível a formulação de regras universais de causa e efeito.

hoje, o processo de transição não se completou e, por conseguinte, não há bases suficientemente sólidas nem para afirmar a preponderância de um novo conceito de ciência já assente e nem para realizar prognósticos exatos acerca de seu devir.

Há, contudo, alguns aspectos desta verdadeira revolução científica que se apresentam como tendências, eis que há, em relação a eles, certa confluência de opiniões daqueles que se dedicam ao estudo epistemológico da ciência. É sobre esta intersecção de fatores que se pretenderá uma base de apoio para refutar o mito da neutralidade científica, propalado pelo positivismo.

O aludido processo de desdogmatização da ciência traz, em um de seus primeiros momentos, o questionamento sobre a apropriação do conceito de verdade pelo saber científico. Começa-se a indagar se, de fato, a objetividade metodológica do positivismo poderia conduzir à verdade, pondo, assim, em xeque o método científico e a validade dos seus resultados.

Karl Popper (2004, p.17), ao se debruçar sobre a lógica das ciências sociais, refuta a extensão do método próprio das ciências naturais a elas. Segundo o referido autor, a objetividade das ciências sociais tem de ser buscada por meio de um estatuto metodológico próprio, de natureza crítica, amparado “[...] em tentativas experimentais para resolver nossos problemas por conjecturas que são controladas por severa crítica. É um desenvolvimento crítico consciente do método de ‘ensaio e erro’.” (POPPER, 2004, p.16).

A proposta de método crítico de Karl Popper vai muito além da mera reivindicação de um conjunto de regras diferenciadas para a construção das ciências sociais. Ao afirmar “[...] que nenhuma teoria está isenta do ataque da crítica; e, mais ainda, que o instrumento principal da crítica lógica – a contradição lógica – é objetivo” (POPPER, 2004, p.16), o autor introduz o falibilismo no método das ciências sociais, rompendo com aspectos importantes da epistemologia original do positivismo.

Antes, a experimentação propunha-se a atestar a veracidade das hipóteses, pois se acreditava na aptidão do método científico para alcançar a verdade absoluta. A partir de agora, admite-se que a ciência não trabalha necessariamente com a verdade última, mas tão somente com soluções possíveis, às quais os testes empíricos e a crítica lógica

tentarão infirmar. A teoria se manterá válida tão somente enquanto resistir às críticas contra ela direcionadas.

Ao reconhecer a insuficiência do rigor metodológico no sentido de atestar a exatidão das hipóteses trabalhadas, Karl Popper põe em dúvida alguns preceitos basilares do positivismo. Dentre eles, o mito da produção do conhecimento descompromissado de sua aplicação prática final, o que se depreende de suas próprias palavras:

Se é possível dizer que o conhecimento começa por algo, poder-se-ia dizer o seguinte: o conhecimento não começa de percepções ou observações ou de coleção de fatos ou números, porém, começa, mais propriamente, de problemas. Poder-se-ia dizer: não há nenhum problema sem conhecimento; mas, também, não há nenhum problema sem ignorância. Pois cada problema surge da descoberta de que algo não está em ordem com nosso suposto conhecimento; ou, examinado logicamente, da descoberta de uma contradição interna entre nosso suposto conhecimento e os fatos; ou, declarado talvez mais corretamente, da descoberta de uma contradição aparente entre nosso suposto conhecimento e os supostos fatos. (POPPER, 2004, p.14).

O autor admite expressamente que não existe conhecimento desinteressado. Todo conhecimento é produzido em busca de solucionar algo, de resolver algum problema⁴. E este aspecto é tão relevante para o autor que ele chega a correlacioná-lo com o próprio êxito da pesquisa, nos seguintes termos: “Como em todas as outras ciências, estamos, nas ciências sociais, sendo bem ou mal sucedidos, interessantes ou maçantes, frutíferos ou infrutíferos, na exata proporção à significância ou interesse dos problemas a que estamos ligados.” (POPPER, 2004, p.15). Insere-se, assim, a preocupação com a aplicação prática do conhecimento que será produzido cientificamente.

Esta perspectiva possui grande impacto em relação a epistemologia científica, na medida em que se traduz na aproximação da ciência com a vida humana concreta, com os interesses da sociedade. Atenua-se, assim, o ar de soberba, desapego e despreendimento do saber científico em face da vida concreta e diuturna dos homens. Nas palavras de Miracy Gustin e Maria Tereza Fonseca Dias (2006, p.33):

A problematização da produção do conhecimento e do conhecimento já posto, neste início de século, significa que as ciências já não mais se limitam a posturas metodológicas simplificadoras frente à complexidade do mundo real. No momento em que o sujeito do conhecimento se dispõe a dar solução a situações-problemas (dilemas) de determinada área científica, ele está colocando em questão, e também problematizando, os próprios limites e

⁴ “Um problema é, quase sempre, uma **inquietação** ou, até mesmo, um obstáculo, uma indignação do sujeito em relação ao conhecimento produzido ou às normas morais, sociais ou legisladas, segundo determinados conteúdos discursivos” (GUSTIN; DIAS, 2006, p.33).

fronteiras desse campo científico que o condicionam aos conhecimentos já estabelecidos, que nem sempre correspondem às necessidades humanas, sociais e do desenvolvimento da própria ciência.

Porém, este primeiro desvelamento ainda não é suficiente para infirmar de todo o positivismo científico. Se lhe acrescenta ares de modéstia, ao lhe desatrelar da correspondência com a verdade e aproximá-lo do homem comum e suas dificuldades diárias, ainda mantém intacto o seu papel de destaque em relação aos demais saberes. Muito embora o conceito de verdade com que trabalhe seja agora o de uma “solução momentânea”, aceita pela comunidade enquanto não se depare com críticas que a infirmem, o cientificismo ainda não teve o seu lugar contestado: está acima do senso comum, vale além da filosofia, continua a se afirmar como um valor em si mesmo, e, mais do que tudo, deixa intocado o dogma de que, na construção do conhecimento, não influenciam as posições pessoais do cientista.

Indo além na crítica ao positivismo, Thomas Kuhn (2006, p.20-22), ao propor uma nova imagem da ciência, refuta alguns preceitos basilares da concepção popperiana, dentre as quais a idéia de que o progresso científico se dá pela acumulação de saberes científicos. Tomando por referencial a Nova História⁵, Thomas Kuhn afirma que o avanço da ciência não se delimita a admitir “verdades temporárias” até que “verdades mais corretas” surjam e tomem o lugar daquelas pelo período em que aguardam que outra, ainda mais “verdadeira”, venha e lhes tome, também, o assento. Para ele, todo conhecimento científico é produzido em um determinado momento histórico e é dele indissociável por estar intrinsecamente relacionado ao conjunto de crenças que nele imperam.

Em outros termos, passa-se a admitir que o conjunto de valores, a experiência prévia, a história do cientista e da comunidade científica, poderão influenciar (*rectius*: influem) nas conclusões que chegar com a sua pesquisa. Não por outra razão é que o próprio Thomas Kuhn (2006, p.22) destaca “a insuficiência das diretrizes metodológicas para ditarem, por si só, uma única conclusão substantiva para várias espécies de questões

⁵ Trata-se de um movimento surgido com a *École des Annales* na França, que se insurgiu contra o positivismo aplicado no tratamento da História. Enquanto a escola “metódica” do positivismo preocupar-se-ia com a mera erudição, com a narrativa repetitiva dos acontecimentos em sua ordem cronológica, a História Nova traz uma proposta de estudar os fatos como componentes de estruturas maiores. Adota, para isto, uma perspectiva cronológica muito mais ampla (que chamam de tempo de longa duração), de forma a se permitir a leitura de valores e intenções como elementos que influenciam na constituição histórica.

científicas.” Atendo-se ao método, à observação e à experimentação, o cientista poderá “[...] atingir de modo legítimo qualquer uma dentre muitas conclusões incompatíveis.” (KUHN, 2006, p.22). Em última instância, o resultado da pesquisa científica não será neutro e objetivo, nos termos pretendidos pelo positivismo, mas restará sempre influenciado por aspectos externos, de natureza subjetiva, como a história de vida, as vivências prévias e os valores em que se acredita.

Isto não significa, todavia, o abandono ou desprezo da metodologia, mas tão somente a redução de sua importância, consoante se depreende da seguinte passagem:

A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência. Mas não podem, por si só, determinar um conjunto específico de semelhantes crenças. Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época. (KUHN, 2006, p.23).

Thomas Kuhn (2006, p.203-218) evidencia, ainda, a importância das discussões filosóficas para a ciência. Ao delinear o seu conceito de revolução científica, o autor deixa claro que as grandes mudanças científicas são aquelas que questionam as bases epistemológicas da produção do conhecimento até então reconhecido como válido, ou seja, são aquelas que modificam a forma do homem ver o mundo. Com isto Thomas Kuhn consegue resgatar o valor da filosofia para e em face da ciência.

O modelo científico-positivista, que propõe a especialização, o dividir para conhecer, na fiel crença de que, sabendo-se tudo das partes, há de se chegar a uma melhor compreensão do todo, encontrar-se-ia, em verdade, inserido em um processo de auto-implosão, que, ao invés de estimular o avanço, comprometer-se-ia com a manutenção do *status quo*. Thomas Kuhn (2006, p.209) demonstra claramente esta preocupação ao abordar a forma de ensino dos futuros cientistas:

[...] o estudante fia-se principalmente nos manuais até iniciar sua própria pesquisa, no terceiro ou quarto ano de trabalho graduado. Muitos currículos científicos nem sequer exigem que os alunos de pós-graduação leiam livros que não foram escritos especialmente para estudantes. Os poucos que exigem leituras suplementares de monografias e artigos de pesquisa restringem tais tarefas aos cursos mais avançados, e as leituras que desenvolvem os assuntos tratados nos manuais. Dada a confiança em seus paradigmas, que torna esta técnica educacional possível, poucos cientistas gostariam de modificá-la.

Eis aí uma grande contradição da ciência moderna! Enquanto propende ao estudo de tópicos cada vez mais restritos, estimula os cientistas a perderem o contato com questões epistemológicas essenciais para as revoluções científicas.

Esta é uma preocupação partilhada também por Karl Popper (2004, p.43), que, ao se manifestar sobre a falta de criatividade crítica, tão estimulada nas universidades, a identifica como causa para o “fenômeno de jovens cientistas ávidos em acompanhar a última moda e o último jargão”, mesmo sabendo que o que cientista se destaca por romper com a normalidade é aquele que busca o enfrentamento crítico. Trata-se de fenômeno que, se levado a extremos, pode conduzir à morte da ciência. “Se a maioria dos especialistas se limitar a adotar uma atitude de ‘mostrar serviço’, será o fim da ciência tal como a conhecemos – da grande ciência.” (POPPER, 2004, p.44).

A verdade é que o positivismo, muito embora envolto em uma aura de pretensa neutralidade, em realidade, encontra, subjacente a si, uma determinada ideologia, à qual interessa este desapego em relação às questões filosóficas, epistêmicas e axiológicas. Este modo de pensamento compromete-se com a lógica de um sistema econômico que prefere evitar margem para questionamento de seus dogmas e princípios fundamentais, como adverte Boaventura de Sousa Santos (2007, p.141)

O aparecimento do positivismo na epistemologia da ciência moderna e o do positivismo jurídico no direito e na dogmática jurídica podem considerar-se, em ambos os casos, construções ideológicas destinadas a reduzir o progresso societal ao desenvolvimento capitalista, bem como a imunizar a racionalidade contra a contaminação de qualquer irracionalidade não capitalista, quer ela fosse Deus, a religião ou a tradição, a metafísica ou a ética, ou ainda as utopias ou os ideais emancipatórios. No mesmo processo, as irracionalidades do capitalismo passam a poder coexistir e até a conviver com a racionalidade moderna, desde que se apresentem como regularidade (jurídicas ou científicas) empíricas.

Em linhas ainda mais críticas ao paradigma científico-positivista, é possível suscitar o pensamento de autores como Hans-Georg Gadamer e Jürgen Habermas, que, muito embora tenham suas próprias especificidades, partilham de uma concepção de ciência que somente se pode validar em função da sua contribuição para o projeto de existência do homem, enquanto ser que vive em sociedade, imerso na comunicação (SANTOS, 1989, p.25). Nesta perspectiva, a ciência só consistirá em algo bom na medida em que for produzida e utilizada para a emancipação do homem, isto é, para a melhoria da vida em sociedade.

Reformula-se a concepção de conhecimento a partir de uma viragem lingüístico-filosófica. Se, em um primeiro momento, acreditava-se ser possível conhecer de forma isenta e neutra, e, em uma segunda etapa, se admitiu a influência de crenças e valores externos na formulação de teorias, avança-se, agora, ainda mais. Chega-se à constatação de que o ato de compreensão é a própria essência do homem – estar vivo é compreender; nada existe além do que o homem compreende – e, mais do que isto, de que todo processo de compreensão envolve, necessariamente, a influência de valores pessoais que, muitas vezes, sequer são efetivamente percebidos pelo agente cognoscente.

Hans-Georg Gadamer, em sua obra “Verdade e Método” (2005), utiliza-se da figura do círculo hermenêutico de Heidegger para explicar o processo de compreensão. Grosso modo, a compreensão representaria uma atitude de miscigenação entre sujeito e objeto: ao mesmo tempo em que o indivíduo internaliza constatações acerca do objeto, compreendendo-o, modifica-se por ter agregado conteúdo a sua bagagem pessoal. Este processo jamais é neutro, pois, na formação do conceito final, influenciarão todos os preconceitos (no sentido mais puro da palavra, isto é, de “pré-conceitos”) que o indivíduo possui. Seria impossível, contrário à essência humana, a neutralidade propalada pelo positivismo científico.

Dentro desta acepção, a vida em sociedade seria oportunizada a partir do diálogo entre os atores sociais. Chegando a um acordo em relação a pontos essenciais, diversos atores poderiam construir um mundo compartilhado no qual viver.

Jürgen Habermas, por seu turno, aceita as linhas gerais do pensamento de Hans-Georg Gadamer, porém se dedica com maior vagar às questões que envolvem a sociedade e, em especial, como obter o consenso diante de uma realidade em que o pluralismo epistêmico se faz assente. Segundo o autor, na sociedade contemporânea, complexa e individualista, a busca do entendimento, que deve ser empreendida a partir do diálogo

[...] não se esgota numa reflexão monológica, segundo a qual determinadas máximas seriam aceitáveis como leis universais *do meu ponto de vista*. É só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso que somos chamados a exercer a virtude cognitiva da empatia em relação às nossas diferenças recíprocas na percepção de uma mesma situação. Devemos então procurar saber como cada um dos demais participante procuraria, *a partir do seu próprio ponto de vista*, proceder à universalização de todos os interesses envolvidos. (HABERMAS, 2004, p.9-10, grifos do autor)

Também nesta perspectiva, portanto, diante da impossibilidade de alcançar uma verdade suprema, imutável, capaz de conciliar os mais diversos – e antagônicos – valores individuais, o diálogo se apresenta como instância precípua à obtenção de entendimentos que possam e mereçam ser aceitos por todos. A exposição das hipóteses e dos argumentos individuais ao debate – e, por conseguinte às críticas – se apresenta como parâmetro para o consenso.

Porém, como ressalta Jürgen Habermas no texto supratranscrito, a transcendência almejada pelo diálogo somente se fará possível se os atores do debate adotarem postura comprometida. Faz-se necessária a assunção de um enfoque performático, no qual os envolvidos se proponham a não considerar tão somente – e nem ao menos primordialmente – a satisfação imediata de seus interesses individuais. Eles deverão não apenas assumir a carga de subjetividade individual, mas também pretender ultrapassá-la, almejando o consenso a partir daquilo que puderem reconhecer como melhor para toda a coletividade.

Deste breve e simples cotejar de algumas das posições contemporâneas acerca da ciência, independente da vertente preferida e dos desdobramentos que defluam do trato aprofundado de cada um dos temas, infere-se que o paradigma científico-positivista encontra-se, hoje, em plena crise, e, com ele, também seu dogma fundamental da neutralidade do cientista. Não se pode mais nutrir a idéia ingênua de que o pesquisador, ao desenvolver sua atividade, consegue desvencilhar-se de sua carga subjetiva. Ao revés, deve-se considerar tal fator para, assim, poder criar mecanismos que possibilitem o controle dos valores.

5 CRITÉRIOS PARA ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DO TEMA DENTRO DAS NOVAS PERSPECTIVAS

Rompida a couraça do positivismo, não se pode aceitar que a posição do cientista seja a de um sujeito descompromissado, passivo, sujeito às regras metodológicas. Não se deve afastar dos cientistas, principalmente daqueles que se dedicam às ciências sociais, preocupações filosóficas como: “a quem interessa a ciência?”; “por que produzir ciência?”; “como será utilizado o conhecimento produzido?”.

Ao abstrair do âmbito de controle racional os valores, as questões epistêmicas e filosóficas, sob o argumento de que sua intrínseca relatividade histórica revelaria seu caráter irracional, o que o positivismo fez, em verdade, foi criar uma barreira para revoluções e modificações, comprometendo-se, assim, com a manutenção do *status quo*.

O dogma da neutralidade do cientista, de origem positivista, não mais se sustenta. Não existe produção de conhecimento científico desinteressado de sua aplicação e, nos resultados da pesquisa, transparecerão fatores subjetivos do cientista. Rubem Alves (2006, p.101) é bastante claro ao aduzir que

todo ato de pesquisa é um ato político. O conhecimento que produz será usado por alguém num projeto específico de controle e manipulação. Na medida em que o pesquisador se engana a si mesmo, pretendendo estar produzindo conhecimento puro, ele se presta a ser manipulado mais dócil e ingenuamente.

A consciência da importância do ato de decidir acerca do que pesquisar é de suma importância para que o cientista possa adequar sua atividade ao seu projeto de mundo. Seus valores pessoais, sua história de vida, sua experiência acumulada farão toda a diferença neste momento. O doutrinador que, ao se debruçar sobre o problema da criminalidade, almeja a sua redução por meio da reformulação das penas consignadas no Código Penal e o que persegue o mesmo fim partindo da adoção de políticas públicas de inclusão social, a despeito de tratarem de um mesmo assunto – a redução de criminalidade –, farão pesquisas totalmente distintas, com motes, motivos e conclusões também divergentes.

Utiliza-se do exemplo não para defender a retidão de um ou de outro pesquisador, mas tão somente para demonstrar que é essencial, para o cientista, ter a consciência dos próprios valores e motivos já no momento de escolher e delimitar seu tema. Somente assim é que poderá se reconhecer em sua pesquisa e, por conseguinte, produzir algo válido.

Ademais, superado o dogma de que, por meio da ciência, seria possível alcançar verdades absolutas e irrefutáveis, há que se admitir que o conhecimento reputado como verdadeiro – ainda que apenas historicamente verdadeiro – deve ser algo buscado a partir do diálogo ou do debate. A intersubjetividade é, aparentemente, a única instância idônea para informar aquilo que deve ser aceito como válido por todos.

Dentro deste contexto de busca pelo consenso, a assunção dos próprios valores se torna essencial para possibilitar o entendimento eficiente. A neutralidade – concebida como ausência ou não interferência de valores pessoais –, em um ambiente de contraposição de idéias, não pode ser considerada como algo benéfico. Ao revés, apenas contribui para obscurecer os reais fundamentos que servem de lastro para as teses defendidas, gerando o risco de o debate restar infrutífero por se ter desviado das razões importantes.

De outro turno, ao deixar transparente a carga subjetiva que necessariamente influenciará na pesquisa, o cientista permite que também seus valores adentrem no debate, expondo-os ao controle da crítica. Torna, com isto, maiores não só as chances de se alcançar um entendimento, mas também de que a solução acertada se revele mais adequada e satisfatória à comunidade, eis que analisada também em uma perspectiva que considere a relação entre meios e fins.

Em suma, o mito positivista da neutralidade do cientista não mais encontra espaço para aplicação. O pesquisador, principalmente aquele dedicado às ciências sociais, deve assumir uma posição epistemológica e filosoficamente comprometida, conscientizando-se dela e deixando-a transparecer desde o momento de escolha e delimitação do objeto de pesquisa.

6 CONCLUSÃO

O objetivo do presente artigo foi o de analisar aquele que, via de regra, configura o primeiro momento da atividade científica: a oportunidade de escolha e delimitação do tema. Pretendeu-se, na abordagem de tal objeto de pesquisa, correlacioná-lo aos diversos momentos da evolução histórica do conceito de ciência, para, com isto, não só demonstrar que seu conteúdo nem sempre foi o mesmo, como também para encontrar a melhor definição para tal oportunidade diante das perspectivas contemporâneas.

Partiu-se da percepção de que, com a modernidade, vislumbrou-se a afirmação de um conceito de ciência específico e totalitário, marcado pelo apego ao rigor metodológico, a partir do qual se acreditava poder assegurar a objetividade e neutralidade necessárias à produção de um conhecimento identificável com a verdade.

Porém, a obsessão com o rigor metodológico gerou inconvenientes. A adequação ao método não é critério idôneo para definir a importância dos problemas a serem

pesquisados. Mais do que isto, a exigência de estreita adequação às regras de método contribuiu para afastar os cientistas do embate com as questões que realmente têm relevância, o que conduziu à contestação deste modelo científico-positivista.

Apesar de ainda não ser possível apontar os exatos contornos de um novo paradigma de racionalidade científica, há algumas tendências que são comuns às diversas vertentes que criticam o positivismo, sobre as quais já é possível trabalhar na busca do conteúdo do ato de escolha e delimitação do tema da pesquisa científica. O dogma da neutralidade do cientista, por exemplo, não mais se sustenta. Não existe produção de conhecimento científico desinteressado de sua aplicação: nos resultados da pesquisa transparecerão fatores subjetivos do cientista.

O cientista deve ter exata noção sobre a amplitude existente no ato de escolha e delimitação do seu tema de pesquisa. Trata-se de um ato de extrema complexidade, revestido de natureza política. Consciente disto, o cientista terá a oportunidade de aproximar sua pesquisa de seu projeto de mundo, de forma a se reconhecer nela.

Esta postura, em um ambiente de debate científico, contribui para o progresso, na medida em que expõe a carga subjetiva do cientista à crítica, facilitando e tornando possível um entendimento mais qualificado.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Sobre remadores e professores. In: _____. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Trad. Flávio Paulo Meurer e Enio Paulo Giachini. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2005.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2 ed. rev. e ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACEY, Hugh. A ciência e o bem-estar humano: para uma nova maneira de estruturar a actividade científica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.471-493.

POPPER, Karl. **A lógica das ciências sociais**. Trad. Estevão Rezende Martins. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Introdução a uma ciência pós moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.